

HABEAS CORPUS Nº 544.429 - MG (2019/0335109-4)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : RAFAEL HENRIQUE DE SOUZA ANDRADE
ADVOGADO : RAFAEL HENRIQUE DE SOUZA ANDRADE - MG146615
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LEONARDO PEREIRA DA CRUZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LEONARDO PEREIRA DA CRUZ – preso cautelarmente no dia 28/8/2019 – contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (HC 1.0000.19.108186-8/000).

Na ação originária, a defesa alegou nulidade da prisão por ausência de mandado judicial para ingresso no domicílio, bem como carência de motivos legais para a prisão preventiva do paciente, ressaltando, ademais, as condições pessoais favoráveis do acusado. O Tribunal estadual, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 66):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA TAL FIM - NULIDADE DO FLAGRANTE - INOCORRÊNCIA - REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA - IMPOSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ARTIGO 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - ORDEM DENEGADA.- Não há como relaxar a prisão em flagrante se o APFD se encontra formalmente perfeito, sem qualquer irregularidade ou ilegalidade na sua lavralura a maculá-lo. • Cabível a manutenção da prisão imposta quando devidamente fundada em requisitos preconizados pelo artigo 312 do Código de Processo Penal. • As circunstâncias do delito indicam a gravidade concreta da conduta e, assim, justificam a prisão preventiva para a garantia da ordem pública.

Nas razões da presente ação, a defesa reitera a alegação de nulidade da prisão em razão do ingresso dos policiais na residência sem autorização judicial, quebrando a garantia constitucional de inviolabilidade do domicílio.

Assegura que o "histórico da ocorrência de atribuição da polícia civil não deixa margem para dúvidas à ocorrência de violação de domicílio, pois o ingresso não foi franqueado pelo morador (paciente), muito menos amparados por mandado judicial, e com as fotografias carreadas nos autos confirma o alegado, que cotejando com os depoimentos em sede policial dos próprios agentes da lei, verifica-se a ilegalidade da prisão, ensejando o relaxamento de sua prisão" (e-STJ fl. 16).

Adicionalmente, alega ausência dos requisitos legais que autorizam a prisão preventiva, previstas no art. 312 do Código de Processo Penal, e que seria o caso de aplicação de outras medidas mais brandas.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, o relaxamento da prisão preventiva do paciente, mediante a aplicação de medidas cautelares.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 75/77), foram prestadas informações (e-STJ fls. 83/165), e o Ministério Público Federal opinou pela manutenção da decisão impugnada (e-STJ fls. 167/173).

É o relatório. **Decido.**

O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do *habeas corpus*, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Esse entendimento objetivou preservar a utilidade e a eficácia do *mandamus*, que é o instrumento constitucional mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, garantindo a celeridade que o seu julgamento requer.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados, exemplificativos dessa nova orientação das Cortes Superiores do País: HC 320.818/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em

21/5/2015, DJe 27/5/2015; e STF, HC n. 113890, Relatora Ministra ROSA WEBER, Primeira Turma, julg. em 3/12/2013, DJ 28/2/2014.

Assim, incabível o presente *habeas corpus* substitutivo de recurso. Todavia, em homenagem ao princípio da ampla defesa, passa-se ao exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Busca-se, em síntese, a concessão de liberdade provisória ao paciente acusado de suposta prática de tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico.

A irresignação, contudo, não prospera.

De início, em relação à alegada nulidade do flagrante por invasão de domicílio, convém registrar que a fundada suspeita da prática de tráfico configura justa causa para o ingresso da polícia no imóvel. No ponto, não é demais lembrar que o tráfico de entorpecentes é crime permanente, logo, enquanto o agente estiver guardando a droga, consuma-se a infração penal, perdurando o flagrante delito; e esta Corte Superior possui entendimento pacificado no sentido de que, nas hipóteses de flagrante delito, não há falar em autorização judicial para os policiais ingressarem na residência alheia.

Além disso, é assente a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "não há mais se falar em irregularidade da prisão em flagrante quando a questão encontra-se superada pela superveniência do decreto de prisão preventiva, que é o novo título judicial ensejador da custódia cautelar" (RHC 64.040/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, julgado em 17/11/2015, DJe 23/11/2015).

No mais, cumpre ressaltar que a prisão preventiva é medida sabidamente excepcional em nosso ordenamento jurídico. Deve sempre estar calcada em decisão judicial fundamentada que demonstre, objetivamente, a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo

Penal, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

Destaco os seguintes precedentes do Supremo Tribunal Federal e desta Corte que traduzem bem essa compreensão: STF, HC n. 128.615/SP AgR, Relator Ministro CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 18/8/2015, publicado em 30/9/2015; STF, HC n. 126.815/MG, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, Relator p/ acórdão Ministro EDSON FACHIN, Primeira Turma, julgado em 4/8/2015, publicado em 28/8/2015; STJ, HC n. 321.201/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 6/8/2015, DJe 25/8/2015; e STJ, HC n. 296.543/SP, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 2/10/2014, DJe 13/10/2014.

No caso *sub judice*, o Tribunal de origem manteve a segregação cautelar ratificando os fundamentos expendidos no decreto construtivo, destacando que o acusado teria **"em sua residência um laboratório de drogas sintéticas, além de grande quantidade de substância ilícita armazenada, e seria membro de um esquema de distribuição de ecstasy"** (e-STJ fls. 70/71).

No caso, as decisões precedentes demonstraram a necessidade da medida extrema, destacando a periculosidade do recorrente, **evidenciada pelas circunstâncias do caso concreto em que foram apreendidos um total de 506 comprimidos de ecstasy e mais 305g da mesma substância em dois frascos (e-STJ fl. 136), e havia um laboratório para fabricação de ecstasy na residência do réu, com diversos materiais.**

Como se vê, o *decisum* impugnado encontra suporte na jurisprudência desta Corte, segundo a qual "prisão fundamentada na qualidade e quantidade da droga apreendida [é] motivação considerada idônea para a manutenção da segregação de natureza cautelar" (AgRg no HC n. 323.444/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 23/6/2015, DJe 4/8/2015).

Entendo que essa conjuntura fática justifica a manutenção da

medida constritiva, em especial, para a garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

De outro vértice, vale registrar que é inviável a aplicação das medidas cautelares alternativas, consoante dispõe o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva, como no caso em apreço.

Nesse sentido, a título de exemplo:

Não é cabível a aplicação das medidas cautelares alternativas à prisão, in casu, haja vista estarem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, consoante determina o art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal (RHC n. 56.302/SP, Relator Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 16/6/2015, DJe 22/6/2015).

Ante o exposto, **não conheço** do *mandamus*.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator